

MOARA

Revista da Pós-Graduação em Letras da UFPA

O PREÇO DA LEITURA:

Gonçalves Dias e a profissionalização de um escritor brasileiro oitocentista¹

Marisa Lajolo

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

RESUMO

Este ensaio discute o papel de Antonio Gonçalves Dias (1823-1864) na construção do sistema literário brasileiro, analisando, através de sua correspondência, seus esforços em prol da profissionalização do escritor brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Gonçalves Dias; profissionalização do escritor; correspondência; sistema literário.

ABSTRACT

This paper discusses the role played by Antonio Gonçalves Dias (1823-1864) in the construction of the Brazilian literary system focusing through his correspondence his efforts to give professional status to writing practices in 19th century Brazil.

KEY WORDS: Gonçalves Dias; professional writing; correspondence; literary system.

Os livreiros têm por ofício de viver às custas dos autores; uma vez, por exceção da regra, se não viver, quero ao menos divertir-me à custa dele. Uma inflamação de fígado é excelente para uma descompostura aguda.

Lúcia Miguel-Pereira (1943, p. 364)

Antonio Gonçalves Dias (1823-1864) é unanimidade nacional e merece cada uma das cinco estrelas que vem recebendo do público e da crítica. Mas nestas maltraçadas suas virtudes poéticas ficarão em silêncio, meio de escanteio, assumidas sem discussão. Em pauta, sua biografia e suas aventuras editoriais, aqui tomadas como portas de entrada para um conhecimento mais minucioso da história da leitura (e da escrita) no Brasil.

¹ A pesquisa de que resultou o presente trabalho conta com financiamento do CNPq (Bolsa Pesquisa) e da Fapesp (Projeto Temático 02/08819-4). O texto foi originalmente apresentado no COLE 2003.

A vida de Gonçalves Dias é pródiga em lances quase cinematográficos, como a falsa notícia de sua morte e, depois, a morte verdadeira – única vítima de um naufrágio nas costas do Brasil. Ao lado destes episódios, alguns dados não escaparam a uma fixação meio lendária em sua biografia oficial. Livros escolares, por exemplo, gostam de frisar que o poeta nasceu no mesmo ano em que a província do Maranhão (de forte influência portuguesa) reconhece a independência do Brasil.

Confirmando o que parece sugerir uma *predisposição astrológica* patriótica de Gonçalves Dias, outros textos apontam (corretamente) que ele era filho do branco João Manuel Gonçalves Dias, português, e de Vicência Mendes Ferreira, mestiça de índio e de negro. Ou seja, o poeta sai destas biografias com uma vida sob medida para alimentar interpretações bem intencionadas de coincidências: sua mestiçagem e o ano de seu nascimento, não poucas vezes são convocados para explicar a gênese de certas passagens de sua poesia, como o patriotismo saudosista da *Canção do Exílio* ou o lamento épico do *Canto do Piaga*. Ao fim e ao cabo, esta atitude, com menos ou com mais sofisticação, endossa a velha (e equivocada) idéia de que vida e obra constituem espelhos límpidos, cristalinos, sem distorções.

Neste trabalho, porém, a interpretação da obra do poeta maranhense é deixada de lado e cuida-se de um outro e pouco conhecido Gonçalves Dias: o intelectual cioso de seus direitos e muito atento às condições de exercício da escrita literária no Brasil de seu tempo.

Na historiografia oficial não se dedicam grandes luzes a este Gonçalves Dias preocupado com a inserção social do escritor, nem tampouco para o ambiente cultural no qual se formou o poeta *antes* de sua viagem para Coimbra, para onde vai estudar leis. E, no entanto, a história de leitura de um escritor – parte integrante de sua formação para as lides da escrita – começa bem antes de seus anos acadêmicos e se tece de materiais dos quais às vezes uma visão hegemônica e muito homogênea de literatura pode não dar conta.

Por isso, no encaicho de um Gonçalves Dias que protagoniza um certo instante do percurso da profissionalização do escritor brasileiro, vale a pena dar uma espiada no que ele lia antes de virar estudante de Direito em Portugal e – portanto – antes de ter acesso aos autores e obras que correspondiam ao repertório de leituras românticas disponíveis para acadêmicos europeus.

Ou seja: o que lia – e como lia o que lia – o maranhense nos seus primeiros anos de vida?

É este Gonçalves Dias aprendiz de leitura e leitor iniciante a primeira personagem deste trabalho, que começa por recorrer ao que de sua vida narram seus biógrafos. Nas biografias gonçalvinas – sobretudo na já citada (e clássica) de Lúcia Miguel Pereira – aprendemos que antes ainda de ler, surge o *ouvir* na vida do poeta, inscrevendo-se na esfera da oralidade os primeiros contatos do poeta com a ficção. Valendo-se de correspondência de um arquivo privado (o de Nogueira da Silva) a biógrafa refere a mãe de Vicência, avó do pequenino Antonio, de quem o poeta teria ouvido *histórias* algumas das quais evoca mais tarde: *O capeta da mão furada, como dizem as velhas da minha terra, minha avó entre outras* (Miguel-Pereira, 1943, p. 16).

Segue-se menção a outras práticas de oralidade, como por exemplo, a *escuta* de leitura literária em situação coletiva, quando o poeta era muito jovem e vivia ainda em Caxias do Maranhão:

(...) em 1833, com dez anos apenas, já começou Gonçalves Dias a servir como caixeiro e a tomar conta da escrituração da casa. As novas responsabilidades não o fizeram ficar menos arteiro; fugia do balcão a encontrar-se com o caixeirinho da loja vizinha, igualmente travesso, João Pedro Fernandes Tomaz Pipa

Já não eram, então, só as brincadeiras que tentavam os pequenos, mas também um livro maravilhoso, a História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França, que ainda um caixeiro – Caxias era, realmente, uma cidade comercial – de nome Raimundo, tinha a ventura de possuir e a generosidade de ler para os amigos.

Outro companheiro de brincadeira e de leitura era João Batista Ramada, com quem o jovem Antonio devorava Paulo ou A herdade abandonada, O Cego da Fonte de Santa Catarina e quejandas produções que conseguiam apanhar. Se ao voltar, encontrasse furioso o pai e levasse uma surra mestra, ao menos já teria folgado – e dado alimento àquela inquieta imaginação que lhe foi toda a vida tormento e delícia (...) (Miguel-Pereira, 1943, p. 25).

Na transcrição acima, certos detalhes coincidem com pesquisas já desenvolvidas sobre a história da leitura no Brasil. Ali se refere, por exemplo, o costume de ler em voz alta e *ouvir histórias*; também se registra um modo *compartilhado* das primeiras experiências de leitura, e se articula o gosto pela leitura com contacto com novelas de cavalaria (a *História de Carlos Magno e dos doze pares de França*) e com tijolões romanescos (*Paulo ou a herdade abandonada* e *O cego da fonte de Santa Catarina*).

O texto de Lúcia Miguel Pereira menciona ainda aliados adultos na iniciação à leitura: na ausência de bibliotecas e de gabinetes de leitura, os livros chegavam às mãos e aos olhos dos apredizes-de-leitor através de empréstimos, modalidade de circulação também registrada por Graciliano Ramos em *Infância*, quando evoca suas primeiras experiências de leitura.²

Mas no episódio a que se refere a transcrição acima, se podem reconhecer ainda outros traços muito presentes em diversas pesquisas sobre a formação da leitura no Brasil.

O primeiro deles é o que se poderia chamar de *criminalização* da atividade ledora. A *surra mestra* que o poeta apanha do pai deve-se à leitura, aparentemente encarada e vivida pelo menino como *lazer* e, como tal, reprimida pelo pai, que queria o filho atrás do balcão da loja. O segundo é a *hierarquização* das leituras, segundo a qual alguns textos são menos perniciosos (ou mais aconselháveis) do que outros: ao

² Cf. *Infância* de Graciliano Ramos: uma história da formação do leitor no Brasil, pesquisa de Márcia Cabral da Silva para seu doutorado, desenvolvido e defendido junto ao projeto *Memória de Leitura*, no IEL/Unicamp.

menos na interpretação da biógrafa de Gonçalves Dias, para o velho português pai do poeta, a seriedade de livros de história com agá maiúsculo funciona como antídoto à futilidade das histórias novelescas, no plural e com agá minúsculo:

Embora duro, não era mau pai o João Manuel, a quem devia desvanecer a inteligência do filho, pois acabou por comprar-lhe o livro predileto, a História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França, de Vasco de Lobeira; mas, para contrabalançar os possíveis perigos deste romance de cavalaria, deu-lhe também uma História de Portugal e a Vida de D. João de Castro (Miguel-Pereira, 1943, p. 26).

Estes dados, pinçados na mais acreditada das biografias do poeta, delineiam o perfil de um leitor empenhado, para quem – como, de resto, para a maior parte dos meninos brasileiros de seu tempo – *ler histórias* – foi um desdobramento do *ouvir histórias*, atividades nem sempre vistas com bons olhos por pais mais zelosos de seus pimpolhos.

Estas parcas e erráticas informações que já esboçam um perfil bastante verossímil do leitor que antecedeu o poeta, simultaneamente informam o pesquisador de acervos e modos de leitura que se enlaçam na pluralidade de práticas culturais que constituem a história da leitura *no Brasil* e *do Brasil*.

Mas chega de leitura.

Vamos à escrita: a história editorial de algumas obras de Gonçalves Dias ficou registrada na sua correspondência e permite construir um cenário também bastante verossímil para algumas das condições de exercício da escrita no Brasil do poeta.

É este cenário que, a partir de agora, aqui se monta, na expectativa de que o respeitável público se interesse pelo espetáculo – obra aberta – e empenhe seus dedinhos e seus miolos para levar adiante a empresa, preenchendo lacunas e desbastando excessos.

Tendo lançado seus primeiros títulos por editores brasileiros – não poucas vezes confundidos com meras tipografias – são antigos e constantes os dissabores do poeta

com editores locais: sua peça Leonor de Mendonça, por exemplo, que tinha sido editada pelo Arquivo Teatral, na Tipografia Villeneuve & Cia em 1847 parece ter representado uma experiência muito desagradável. Gonçalves Dias desabafa ao amigo Teófilo em carta de 3 de abril de 1847:

Tenho-me convencido, meu Teófilo, que a vida de literato no Brasil é por ora para quem tem dinheiro [...] Poesias, entre nós, não rendem – dramas, vão para o excelente Conservatório e lá se demoram meses; vêm para o Teatro, e não são representados; vão para a imprensa, e não dão para as despesas; é um gosto. Romances, se forem bons, não hão de ter compradores; como os de Paulo de Koch, porém ainda mais imorais, dão; porém é pena que haja quem por tão pouco se queira desacreditar. Entre nós, estamos no tempo de Camões: podeis compor *Os Lusíadas*, quem vo-lo proíbe? O governo que é inteligente e esclarecido, dará ao vosso maior poeta no fim de sua vida os 15 mil réis anuais d'El Rey D. Sebastião, e a Misericórdia franqueará os seus hospitais ao protegido do Rei! (apud Moraes, 1998, p. 58)

No mesmo ano, em outro documento, é bem mais específico relativamente às suas desventuras editoriais:

A propósito de meu drama dei-o ao Picot para publicar na sua coleção do Arquivo. Impresso o drama, fui agradecer-lhe, visto que tinha tido a bondade de mo imprimir *grátis*, isto é, visto que a impressão foi por sua conta e risco, só por *obsequiar-me!* Disse que tinha amigos aqui e nas províncias a quem pretendia mimosear, e que para isso precisava de cinquenta exemplares. O homem fez uma careta, e se os quis tive de gastar 30\$000. De maneira que a Sra. Duquesa veio por fim de contas a custar-me trinta dias de estudos, trinta noites de trabalho, trinta provas que revi, trinta suprimentos que fiz, e por último 30\$000 que tenho até hoje gastado em comprar as minhas queridas filhas. (*Carta de 12.10.1847 a Henrique Leal* - apud Arquivo teatral, 1847)

Os *Segundos cantos* e as *Sextilhas de Frei Antão* (de 1848) saem pela Tipografia Clássica e os *Últimos cantos*, de 1851 pela tipografia de Paula Brito.

É só no final da década de cinquenta do século XIX que Gonçalves Dias estabelece – para ele (a princípio) gratificantes-relações profissionais com editoras européias. Em 1857 sai uma nova edição de seus poemas, intitulada Cantos. Trata-se, na realidade, da edição conjunta dos livros anteriores, o que torna discutível se é apropriado falar de *nova edição*. O volume sai com a chancela de Brockhaus, tipógrafo editor da Alemanha, que no mesmo ano também publica os quatro primeiros cantos de *Os timbiras* além do comercialmente talvez muito mais promissor *Dicionário da língua Tupi*.

Ao poeta parece ter agradado o sucesso financeiro da publicação alemã: em carta de 20 de abril de 1859 dirigida ao sogro, Gonçalves Dias relata com entusiasmo *a existência de 700\$000 à sua disposição com Brockhaus* (p. 249).³

Enquanto o retorno financeiro da publicação européia entusiasmava Gonçalves Dias, por esta mesma época mantinham-se intactas suas antigas desconfianças relativamente às dificuldades de profissionalização do escritor no Brasil. Em carta escrita no Ceará em 18 de março de 1860, ele desabafa com o amigo de toda a vida, Teófilo: "(...) enquanto o literato depender de empregos públicos, não pode haver literatura que mereça tal nome" (Miguel-Pereira, 1943, p. 250).

Brockhaus, além de pagar ao poeta pelas primeiras edições do que dele editara, propõe-lhe tirar uma nova edição dos Cantos para ser vendida exclusivamente na Europa. Gonçalves Dias parece satisfeito com a proposta, ficando por conta do editor alemão *as despesas e repartindo os lucros comigo* como informa ao sogro, na mesma carta em que festeja os 700\$000 e da qual Nogueira da Silva extrai a informação de que, a proposta do editor alemão vinha:

³ Miguel-Pereira, Lúcia. Op. Cit. A carta está transcrita na íntegra em *Anais da Biblioteca Nacional* V. 84. 1964. *Correspondência Ativa de Antonio Gonçalves Dias*. Wilson Lousada (org) RJ: Divisão de Publicações e Divulgação. 1971 p. 255.

com a cláusula de ser a mesma destinada somente aos mercados europeus, em virtude da existência daqueles referidos exemplares da 2ª edição, correndo todas as despesas por conta dele, Brockhaus, sendo porém, os lucros divididos pelos dois, autor e editor. (Silva, 1942, p. 82)

Aparentemente, no entanto, impressa esta nova edição da poesia de Gonçalves Dias, a cláusula de exclusividade de distribuição na Europa e que portanto proibia sua distribuição no Brasil não foi respeitada. Alguns exemplares desta edição parecem ter desembarcado clandestinamente no Brasil, o que contrariava frontalmente tanto a cláusula do contrato quanto a vontade do poeta.

Lucia Miguel Pereira narra o episódio:

(...) Brockhaus servindo-se do livreiro editor More, francês de origem, com casa editora em Lisboa, filial no Rio e sucursal em Recife, introduz no mesmo ano, isto é, 1860, exemplares da terceira edição dos Cantos no mercado brasileiro, contrariando visceralmente o acordo que firmara com o poeta. Este, vendo-se lesado, e para atender às reclamações de seus comitentes no Brasil, também ferido nos seus interesses comerciais, inicia vigorosa ofensiva contra Brockhaus e Moré, com o intuito de apreender os volumes aparecidos no Recife e no Rio, com data de 1860" (Miguel-Pereira, 1943, p.250-251).

Aparentemente, a questão incomodava tanto a Gonçalves Dias que – por intermédio do sogro que não parece aprovar a iniciativa do genro – ele fez publicar anúncio na imprensa, alertando compradores sobre a ilegalidade da distribuição no Brasil de exemplares da nova edição de Brockhaus:

Quanto ao anúncio relativo à impressão de minha obra vejo que Vm o mandou publicar, o que muito agradeço; lá se é útil ou inútil, isso fica por minha conta (Miguel-Pereira, 1943, p.250-251).

Só esta providência já basta para delinear o perfil de um escritor que cuida muito atentamente de seus interesses, contrariando a imagem do poeta romântico como cidadão que

vive de brisas no mundo da lua, desatento de suas algibeiras vazias. Mais adiante, a carta manifesta cabal compreensão e radical consciência da dimensão econômica e mercadológica da obra literária:

(...) quando o governo apanha um contrabando, não vai perguntar ao contrabandista se ele comprou ou furtou os objetos da presa. Tira-lhos e multa-o. No meu caso, qualquer livreiro da Alemanha pode imprimir as minhas obras. Moré compra-lhas em Paris, esse vem vendê-las no Brasil, onde há uma lei de propriedade literária?! E diz que as vende porque as comprou. E esta! Nada tenho com o Brockhaus, porque não há convenção literária com o Brasil. Quando a houvesse, isso não tiraria a minha propriedade. Nada tenho com Moré que negocia em França; mas no Brasil sou o dono do que produzi; isso é meu, faz parte da minha herança, ninguém mo tira (Miguel-Pereira, 1943, p. 251).

Ausentando-se muito freqüentemente do Brasil no cumprimento das várias missões diplomáticas e de pesquisa que lhe eram confiadas, Gonçalves Dias deixava parentes e amigos encarregados de zelarem por seus interesses.

Um desses encarregados parece ter sido o romancista Joaquim Manuel de Macedo e, sempre segundo Lúcia Miguel Pereira, foi ele um dos signatários do acordo firmado em nome de Gonçalves Dias com o editor francês Garnier. Foi deste acordo, aliás, que se teria originado a confusão toda, saborosamente rastreada na longa transcrição a seguir, pródiga em insinuações de trambiques, boa-fé, velhacaria e ingenuidade.

(...) nesse mesmo ano de 1862, a 8 de maio – anteriormente, portanto, à proposta de Brockhaus-, Joaquim Manuel de Macedo assinara no Rio, como seu procurador, um contrato com B.L.Garnier para uma edição de 2.000 exemplares dos Cantos, acrescidos de alguns poemas inéditos ou publicados no Parnaso Maranhense, mediante o pagamento de 6.000 francos, a efetuar-se em Paris, em quatro prestações dentro de vinte e oito meses. O autor obrigava-se a não tirar outra edição no prazo de sete anos, findo o qual teria completa liberdade, ainda que não tivesse esgotado o livro: se, todavia,

a venda terminasse antes de decorridos os sete anos, poderia Gonçalves Dias editar de novo os seus *Cantos* onde bem entendesse. Esse contrato, que ficava dependendo da ratificação do autor e da Casa Garnier em Paris, seria nulo caso Brockhaus tivesse o direito de impedir a publicação na Europa de uma nova edição dos *Cantos*.

Estavam as cousas nesse pé, isto é, ainda Gonçalves Dias e o chefe da Casa Garnier em Paris não tinham feito o ajuste definitivo, quando chegou a proposta de Brockhaus.

“Já então não estava o poeta e muito boa disposição para com o livreiro francês, que acusava de retardar a edição porque ainda tinha uns restos da edição de 1860, aqui introduzidos à revelia. Como já vimos, nesse caso tão culpado era Brockhaus como Garnier, mas Gonçalves Dias parece só se haver zangado com o último. Tendo, sem dúvida, tido notícia dos entendimentos entre o poeta e o editor de Leipzig, Garnier, que ainda não dera início à edição, sentiu ameaçados os seus direitos; e em lugar de provocar uma explicação clara com Gonçalves Dias, dirigiu-se diretamente à Brockhaus, propondo-lhe um convênio para acautelarem mutuamente os seus interesses (Miguel-Pereira, 1943, p. 363).

Nota que aquele tratante⁴ – escrevia a Capanema – tendo remetido [para o Brasil] algumas centenas de exemplares que lá não podiam ser introduzidos, achou prudente, quando me falou em Paris, demorar o ajuste do contrato feito em meu nome pelo nosso Macedo. Nada mais se passou entre nós. No entanto ele quer acautelar os seus interesses com a venda de minhas obras! O meu fígado tomou logo o freio nos dentes: ruminava a idéia de uma catilinária impressa de modo que esses francelhos ainda me ficassem devendo alguma cousa. (Miguel-Pereira, 1943, p. 363).

Espicaçado pelo seu fígado, Gonçalves Dias põe lenha na fogueira de assar francelhos. Sua biógrafa traduz e transcreve o rascunho de uma carta endereçada a Garnier e encontrada entre

⁴ “aquele tratando” é Garnier.⁵ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos. I-6, 5,13. A autora agradece penhorada ao Prof. Dr. Nelson Schapochnik pela generosidade com que compartilhou seus garimpos cariocas.

os papéis de Gonçalves Dias. Não se sabe se tal carta chegou a ser enviada, mas ela dá verossimilhança aos enteveros entre o poeta e seus editores europeus, como verá quem acompanhar a longa transcrição:

Um dos meus amigos assinou no Rio, em meu nome, um contrato para a venda de uma edição de minhas poesias. Esse contrato dependia de minha aprovação, e da sua, em Paris. Deu o Sr. a sua? Recebeu a minha?

Ao contrário, quando eu lhe disse não haver ainda recebido o contrato, o Sr., sem sequer mostrar-me a cópia do seu, disse-me que, tendo sabido da falsa notícia da minha morte, não quis dar andamento ao negócio sem receber mais informações de seu irmão. Era um pretexto. O motivo era a remessa de algumas centenas de exemplares que sua casa de Paris ia fazer à sucursal do Rio. Isso foi no começo de agosto, e nós estamos em fins de dezembro. Entretanto, seu irmão sabe tão bem quanto o Sr. que não permito a entrada desses livros no Brasil. Eu esclareci ter concedido ao Sr. Brockhaus uma edição *européia*. Dizendo isso, estabelecia claramente que esses exemplares não poderiam ser enviados para o Brasil e também que eu não queria de modo algum prejudicar os direitos que concedera ao Sr. Brockhaus, nem os meus próprios interesses.

E agora, meu caro Sr., parece-me que alega um contrato que não mereceu a sua aprovação, nem teria a minha. Parece-me até que supõe que a compra de uma edição lhe daria plena propriedade da obra, e em toda a parte. Isso tudo me espanta.

Quanto a mim, estou na firme resolução de fazer respeitar os meus direitos; bastar-me ia para tanto recorrer à justiça de meu país, mas estão também em jogo interesses de pessoas iniciando-se agora, ou já iniciadas na carreira das letras; a essas, como ao público brasileiro, eu devo dizer de que estranha maneira a sua Casa do Rio compreende e dirige os seus negócios. Previno-o de que publicarei alguma coisa sobre as livrarias e a propriedade literária, com vistas ao seu irmão no Brasil; previno-o para que não fique surpreso como fiquei com a proposta que fez ao Sr. Brockhaus na sua carta de (...) Dentro de três meses a minha primeira carta sobre isso estará no Rio. É inútil dizer-lhe que o Sr. Brockhaus saberá defender os seus interesses (Miguel-Pereira, 1943, p.364-365).

Esta carta que teria sido remetida a Garnier através de Brockhauss se acompanha de carta a este último onde o poeta desabafa:

Como tenho queixas bastante sérias sobre da Casa Garnier no Rio, quero dar-lhe uma lição, escrevendo uma brochura sobre os livreiros do Brasil e a propriedade literária. Afirme-lhe que isso terá grande repercussão no Brasil (Miguel-Pereira, 1943, p. 365).

Em carta do amigo Capanema ao poeta, datada de 04 de janeiro de 1863 parece evidenciar-se que Gonçalves Dias estava mesmo disposto a processar o editor Garnier em defesa de seus direitos, mas que talvez não tenha podido levar o propósito às últimas conseqüências:

Já me entendi com Saldanha (...) a vermos se é possível atacarmos a questão judiciariamente, obtendo do juiz do Comércio o sequestro e o subsequente depósito de todos os exemplares de teus Cantos existentes nesta praça do Rio de Janeiro e outras, com nota de quantos têm sido vendidos – é porém necessário que remetas um documento que prove que a edição com tua caricatura, segundo ajuste com Brockhaus, foi feita para ser vendida somente na Europa e não aqui (Miguel-Pereira, 1943, p. 363- 366).

Morto o poeta em 1864, a popularidade de sua obra não diminui. E disto se beneficia sua viúva, que – *last,, but not least* – entra nesta história através de dois documentos muito interessantes. O primeiro deles é o que modernamente se chamaria de *Comunicado à Praça*. Foi publicado no *Jornal do Comércio* em 20 de agosto de 1865 e insinua que a confusão da edição europeia que entra contrabandeada no Brasil se prolonga para além da morte do poeta:

PROTESTO

Cantos – Coleção de Poesias de A.G.Dias, 4ª. ed., impressa em Leipzig por F.A. Brockhaus.

Constando a Exma.Sra. D.Olympia G.D. viúva do Dr. A. G. D., que fora introduzida nesta corte e exposta a venda uma 4ª.

ed. das Poesias de seu finado marido, cuja venda já a anunciante obstara, pela presente avisa aos srs. Livreiros das províncias para não exporem à venda semelhante edição [...] isso que a anunciante tem protestado [...] as ações [...] direito já [...] contra aqueles que o contrário procederem, visto semelhante edição, publicada no corrente ano não se achar [...] pela anunciante na qualidade de viúva e herdeira daquele doutor falecido em fins do ano passado.

Rio 12 de agosto de 1965. Como procurador d’anunciante Dr. [(Joaquim Manuel de Macedo?)]⁵

O outro documento é um contrato que a viúva assina com a editora Garnier em 1869:

Entre os abaixo assignados Da.Olympia da Costa Glz Dias, viúva do falecido Dr.Antonio Gonçalves Dias, e B.L.Garnier, editor, foi convencionado e tratado o seguinte:

1º.

Dona Olympia da Costa Gonçalves Dias cede a B.L.Garnier o direito de publicar uma edição de mil exemplares dos “Cantos” que será acrescentada com cinco poesias inscritas no “Parnaso maranhense” e seguida dos tymbiras, obras do defunto Antonio Gonçalves Dias, pela quantia de um conto e duzentos mil réis, pagáveis antes da assinatura deste contrato tiragem, preço, pagamento antecipado.

2º.

Dona Olympia da Costa Gonçalves Dias ou a quem de direito for, obriga-se a não publicar nem consentir que se publique outra edição das mesmas obras antes que esta, de que ora se trata, esteja esgotada vigência do contrato.

3º.

Se a edição se esgotar, antes de decorridos os cinco anos de propriedade que Dona Olympia da Costa Gonçalves Dias ainda tem sobre estas obras reconhecimento da propriedade e limites da vigência dela, B.L.Garnier obriga-se a participar logo a Dona Olympia da Costa Gonçalves Dias, que ficará, neste caso, imediatamente com o direito de publicar nova edição.

4°.

Em fé de que passamos dois contratos do mesmo teor por nós firmados, ficando um exemplar em poder de cada uma das partes contratantes (Silva, 1942).

Fica para outros pesquisadores desvelarem novos lances do *imbróglio*. Com certeza, Gonçalves Dias tem muito a ensinar-nos relativamente aos expedientes de que se valiam os escritores brasileiros oitocentistas e não apenas na defesa de seus interesses. Defendendo a propriedade intelectual Gonçalves Dias engajava-se na modernização do sistema literário brasileiro que, para Antonio Cândido nasceu no século XVIII, quando autores / obras e públicos – reunidos na Vila Rica inconfidente – deram o ponta-pé inicial em nossa literatura.

Mas, se a formação do sistema iniciou-se lá atrás, sua consolidação se prolonga: *work in progress* tem, em meados do século XIX, desdobramentos decisivos.

Desta perspectiva da literatura como sistema, o que aqui se chama metaforicamente de *o preço da leitura* pode constituir um promissor campo de pesquisa literária: na infraestrutura do sistema literário tanto quanto nas rarefeitas esferas das interpretações e dos juízos também se faz história e teoria da literatura.

REFERÊNCIAS

Anais da Biblioteca Nacional V. 84. 1964. *Correspondência Ativa de Antonio Gonçalves Dias*. Wilson Lousada (org). Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação. 1971.

Anais da Biblioteca Nacional V. 91. 1971. *Correspondência Passiva de Antonio Gonçalves Dias*. Relatório da Diretoria. Wilson Lousada (org). Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação. 1972.

Carta de 12.10.1847 a Henrique Leal. Apud Arquivo teatral, Rio de Janeiro, Tip. Imp. E Const. de J. Villeneuve & Comp. 1847.

MONTELLO, Josué. *Gonçalves Dias na Amazônia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *A vida de Gonçalves Dias, contendo o Diário inédito da viagem de GD ao Rio Negro*. Livr. José Olympio Editora. Col. Doc. Brasileiros. Dir por Octávio Tarquínio de Souza n. 37.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita*. São Paulo: Ática, 2002.

_____. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *O preço da leitura*. São Paulo: Ática, 2001.

MORAES, Jomar. *Gonçalves Dias: vida e obra*. São Luís: Alumar ultura. 1998.

SILVA, M. Nogueira da. *Bibliografia de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Instituto Nacional do Livro, 1942.